



**DIREITO
ADMINISTRATIVO**

**LIVRO DE
QUESTÕES**

**DIREITO
ADMINISTRATIVO**

EXPEDIENTE

Autor

Fernando Paternostro Zantedeschi

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Direito administrativo / [Fernando Paternostro Zantedeschi]...[et al].
-- São Paulo : Nova Concursos, 2019.
178 p. (Livro de Questões)

ISBN 978-65-80143-26-9

1. Serviço público - Brasil - Concursos 2. Direito Administrativo - Problemas, questões, exercícios I. Zantedeschi, Fernando Paternostro

CDU 35.08 (079.1)

19-0648

Índices para catálogo sistemático:
1. Serviço público - Brasil - Concursos

© 2019 - Todos os direitos reservados à



Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, especialmente gráfico, fotográfico, fonográfico, videográfico, internet. Essas proibições aplicam-se também às características de editoração da obra. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (artigos 102, 103, parágrafo único, 104, 105, 106 e 107, incisos I, II e III, da Lei nº 9.610, de 19/02/1998, Lei dos Direitos Autorais).

QT027-B-19-D-ADMINISTRATIVO

APRESENTAÇÃO DA OBRA

Este livro da Coleção Questões Comentadas é mais uma ferramenta elaborada pela Editora Nova Concursos, que vai ajudar você a conquistar seus principais objetivos no âmbito dos concursos públicos. Está organizado por matérias, e cada matéria dividida em tópicos, exigidos no edital do cargo do concurso em questão.

Também propusemos o comentário de todas as alternativas das questões de múltipla escolha. Os autores de nossas obras têm larga experiência na área do concurso público, sendo muitos deles também responsáveis pelas aulas que você encontra em nossos Cursos Online. A teoria ensinada em nossos Cursos junto com o livro de questões comentadas, tornam-se uma importante ferramenta de aprendizagem e estudo.

O gabarito oficial das questões está de acordo com a lei vigente à época do concurso. Em alguns comentários, o autor, em respeito à atualização ocorrida na lei, propôs um comentário atualizado e diferente do gabarito oficial. Isto permite ao leitor entender a mudança por meio da resposta contextualizada sem a alteração do gabarito oficial em respeito à organizadora da prova do concurso.

Caro aluno, antes da prova, revise o comentário das questões deste livro.

A meta é estudar até passar!

SUMÁRIO

Princípios da Administração	9
Atos Administrativos.....	14
Poderes da Administração.....	23
Organização Administrativa.....	32
Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 8.666/1993.....	39
Controle da Administração	56
Responsabilidade Civil do Estado.....	58
Servidores Públicos – Lei nº 8.112/1990.....	62
Improbidade Administrativa – Lei nº 8.429/1992	72
Serviços Públicos.....	81
Direito Administrativo.....	85
Processo Administrativo.....	86
Intervenção do Estado na Propriedade.....	89
Bens Públicos.....	90
Poder de Polícia.....	91
Desapropriação.....	92

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO

1. (MPU – TÉCNICO DO MPU – SEGURANÇA INSTITUCIONAL E TRANSPORTE – CESPE – 2015) O servidor responsável pela segurança da portaria de um órgão público desentendeu-se com a autoridade superior desse órgão. Para se vingar do servidor, a autoridade determinou que, a partir daquele dia, ele anotasse os dados completos de todas as pessoas que entrassem e saíssem do imóvel.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

O ato praticado pela autoridade superior, como todos os atos da administração pública, está submetido ao princípio da moralidade, entretanto, considerações de cunho ético não são suficientes para invalidar ato que tenha sido praticado de acordo com o princípio da legalidade.

() CERTO () ERRADO

2. (MPU – ANALISTA – GESTÃO PÚBLICA – CESPE – 2013) No que se refere aos princípios constitucionais da administração pública, julgue os itens subsequentes.

Dado o princípio da legalidade, a atuação do Estado é limitada pela lei, devendo seus atos, em caso de inobservância desse princípio, ser declarados inválidos ou ser anulados, o que ocorre unicamente por via judicial.

() CERTO () ERRADO

3. (MPU – ANALISTA – GESTÃO PÚBLICA – CESPE – 2013) No que se refere aos princípios constitucionais da administração pública, julgue os itens subsequentes.

O princípio da eficiência, segundo o qual todo agente público deve realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional, sobrepõe-se aos demais princípios da administração pública, inclusive ao da legalidade.

() CERTO () ERRADO

4. (MPU – ANALISTA – GESTÃO PÚBLICA – CESPE – 2013) No que se refere aos princípios constitucionais da administração pública, julgue os itens subsequentes.

Na relação entre a administração e o administrado, o comportamento que, embora em consonância com a lei, ofenda a moral afronta o princípio da moralidade.

() CERTO () ERRADO

5. (MPU – ANALISTA – GESTÃO PÚBLICA – CESPE – 2013) No que se refere aos princípios constitucionais da administração pública, julgue os itens subsequentes.

Constituindo exceção ao princípio da legalidade, as ações de caráter discricionário têm eficácia jurídica independentemente de autorização em lei.

() CERTO () ERRADO

6. (MPU – ANALISTA – GESTÃO PÚBLICA – CESPE – 2013) No que se refere aos princípios constitucionais da administração pública, julgue os itens subsequentes.

A publicidade dos atos processuais poderá ser restringida em razão do interesse social ou para garantir a defesa da intimidade.

() CERTO () ERRADO

7. (INSS – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL – CESPE – 2016) Julgue o item que se segue, acerca da administração pública.

Na análise da moralidade administrativa, pressuposto de validade de todo ato da administração pública, é imprescindível avaliar a intenção do agente.

() CERTO () ERRADO

8. (INSS – TÉCNICO DE SEGURO SOCIAL – CESPE – 2016) Julgue o item que se segue, acerca da administração pública.

Em decorrência do princípio da impessoalidade, as realizações administrativo-governamentais são imputadas ao ente público e não ao agente político.

() CERTO () ERRADO

9. (TRE-RO – TÉCNICO JUDICIÁRIO (ÁREA ADMINISTRATIVA) – FCC – 2013) O Supremo Tribunal Federal, em importante julgamento, considerou constitucional a divulgação, em sítio eletrônico de determinada Prefeitura, da remuneração bruta dos servidores, dos cargos e funções por eles titularizados e dos órgãos de sua lotação. Em suma, considerou que inexistia, na hipótese, ofensa à intimidade ou vida privada, pois os dados, objeto da divulgação, dizem respeito a agentes públicos, isto é, agentes estatais agindo nessa qualidade. A decisão citada encontra-se em fiel observância ao seguinte princípio da Administração pública:

- a) Motivação.
- b) Eficiência.
- c) Supremacia do Interesse Privado.
- d) Proporcionalidade.
- e) Publicidade.

10. (PC-MA – ESCRIVÃO DE POLÍCIA – CESPE – 2018) A conduta do agente público que busca o melhor desempenho possível, com a finalidade de obter o melhor resultado, atende ao princípio da:

- a) eficiência.
- b) legalidade.
- c) impessoalidade.
- d) moralidade.
- e) publicidade.

11. (PC-MG – DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO – PC-MG – 2008) São princípios da Administração Pública:

- a) legalidade, motivação, segurança jurídica, especialidade.
- b) legalidade, motivação, segurança jurídica, normatização.
- c) legalidade, disciplina, segurança jurídica, normatização.
- d) legalidade, disciplina, razoabilidade, controle.

12. (PC-PI – AGENTE DE POLÍCIA CIVIL – NUCEPE – 2018) Marcos, prefeito de uma cidade do Estado do Piauí, no mês anterior ao encerramento do seu mandato, congela o Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU. Segundo foi repassado pela assessoria de imprensa, o objetivo do congelamento foi o grande interesse social. Entretanto, todos sabem que o referido congelamento foi para inviabilizar a nova administração, e assim reduzir as receitas. Diante desta situação, pode-se dizer que Marcos feriu, precipuamente, o princípio administrativo:

- a) da legalidade.
- b) da publicidade.
- c) da eficiência.
- d) da moralidade.
- e) da continuidade.

13. (PC-PI – AGENTE DE POLÍCIA CIVIL – NUCEPE – 2018) São, respectivamente, princípios da administração pública que propiciam: a) conhecimento público dos atos administrativos, oportunizado a utilização de mecanismos de controle, quando necessários à adequação do ato ao contexto da legalidade e da moralidade; e b) atos administrativos com conteúdo impessoal e que visam alcançar não a satisfação de interesses pessoais ou privados, mas estejam sempre voltados ao alcance coletivo:

- a) moralidade e publicidade.
- b) legalidade e impessoalidade.
- c) publicidade e impessoalidade.
- d) impessoalidade e eficiência.
- e) moralidade e legalidade.

14. (PC-BA – INVESTIGADOR DE POLÍCIA – VUNESP – 2018) Um Estado que tributasse desmesuradamente os administrados enriqueceria o Erário, com maior volume de recursos, o que, por outro lado, tornaria a sociedade mais pobre. Tal conduta de exação excessiva viola o princípio pelo qual deve prevalecer:

- a) o interesse público secundário.
- b) o interesse público primário.
- c) a supremacia do interesse público.
- d) o interesse público como direito subjetivo.
- e) o direito subjetivo individual.

15. (PC-BA – INVESTIGADOR DE POLÍCIA – VUNESP – 2018) Se um determinado agente público se vale de uma competência que lhe é legalmente atribuída para praticar um ato válido, mas que possui o único e exclusivo objetivo de prejudicar um desafeto, é correto afirmar que tal conduta feriu o princípio da:

- a) finalidade, que impõe aos agentes da Administração o dever de manejar suas competências obedecendo rigorosamente à finalidade de cada qual.
- b) supremacia do interesse público sobre o interesse privado, que é princípio geral de direito inerente a qualquer sociedade.
- c) razoabilidade, pelo qual o Administrador, na atuação discricionária, terá de obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, com o senso normal.
- d) proporcionalidade, já que a Administração não deve tomar medidas supérfluas, excessivas e que passem do estritamente necessário à satisfação do interesse público.
- e) motivação, porque a Administração deve, no mínimo, esclarecer aos cidadãos às razões pelas quais foram tomadas as decisões.

16. (CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL – CONSULTOR LEGISLATIVO – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA – FCC – 2018) A atuação da Administração pública é informada por princípios inerentes ao regime jurídico administrativo, alguns expressamente previstos na Constituição da República, outros previstos em legislação específica, como a Lei nº 9.784, de 1999 (Lei do Processo Administrativo Federal), entre os quais se insere o princípio da:

- a) eficiência, que passou a constituir corolário da atuação da Administração a partir da edição da Emenda Constitucional nº 20/1998, o que autoriza o afastamento de outros mandamentos constitucionais em prol da sua prevalência.
- b) legalidade, considerado um princípio prevalente sobre os demais, de forma que o ato discricionário praticado de acordo com os critérios fixados em lei dispensa a motivação.
- c) razoabilidade, cuja aplicação circunscreve os limites da discricionariedade administrativa, demandando a adequada relação entre os meios aplicados e a finalidade pública a ser alcançada.
- d) proporcionalidade, que predica o menor sacrifício possível a direitos individuais, interditando a prática de restrições ou limitações de direitos subjetivos sob o pretexto de proteção do interesse coletivo.
- e) supremacia do interesse público, cuja invocação, in concreto, afasta a aplicação de outros princípios secundários, como o da publicidade e da motivação.

17. (CÂMARA DE GOIÂNIA-GO – ASSESSOR TÉCNICO LEGISLATIVO – ADMINISTRADOR – DCS-UGF – 2018) Qual é o princípio fundamental da administração pública que determina de forma direta que a atividade administrativa seja destinada a todos os administrados, dirigidas aos cidadãos em geral, sem determinação de pessoa ou discriminação de qualquer natureza?

- a) A publicidade.
- b) A exclusividade.
- c) A moralidade.
- d) A impessoalidade.

18. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018) O conceito de Administração Pública possui vários sentidos, sendo correto afirmar que:

- a) sob o sentido formal, a Administração Pública deve ser entendida como o conjunto de funções administrativas exercidas pelo Estado.
- b) sob o sentido objetivo, entende-se como Administração Pública a estrutura orgânica do Estado, definidora do conjunto de estruturas de competências legalmente definidas.
- c) sob o sentido empreendedor, a Administração Pública é o conjunto de funções administrativas exercidas pelo Estado de forma empreendedora, visando o atingimento das suas finalidades.
- d) sob o sentido material, a Administração Pública deve ser entendida como a atividade administrativa exercida pelo Estado.
- e) sob o sentido material, entende-se como Administração Pública o conjunto de órgãos do Estado, isto é, a estrutura estatal.

19. (TRF 3ª – JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO – 2018) São princípios constitucionais implícitos ou reconhecidos da Administração Pública, porquanto consectários lógicos dos preceitos da Lei Maior:

- a) Impessoalidade e eficiência.
- b) Razoabilidade e legalidade.
- c) Segurança jurídica e moralidade.
- d) Prevalência do interesse público e proporcionalidade.

20. (COPASA-MG – ANALISTA DE SANEAMENTO – ADVOGADO – FUMARC – 2018) Sobre os princípios da Administração Pública, é **incorreto** afirmar que

- a) a aplicação do devido processo legal às atividades de gestão torna não recepcionadas pela Constituição vigente normas que autorizem aplicação de penalidade sem prévia oportunidade de defesa.
- b) a aplicação do princípio da autotutela para reconhecer a nulidade de ato ilícito encontra limite na prescrição da pretensão da Administração Pública.
- c) o princípio da eficiência fundamenta na praxis administrativa a prática de ato em inobservância dos elementos vinculados.
- d) o princípio da impessoalidade torna inconstitucional norma legal que relativize a exigência de concurso público como meio de acesso a cargo ou função pública.

21. (FUNPAPA – ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO – AOCP – 2018) Sobre os princípios que norteiam a Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Segundo o princípio da legalidade, a administração só está autorizada a fazer o que a lei permite.
- b) De acordo com o princípio da impessoalidade, a administração não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse público que deve nortear o seu comportamento.
- c) O princípio da publicidade exige a ampla divulgação dos atos praticados pela Administração Pública, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.
- d) Uma atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé caracteriza a moralidade administrativa.
- e) Para atender ao princípio da eficiência, a administração está autorizada a afastar, no caso concreto, outros princípios que causam a morosidade administrativa.

22. (CODEM-PA – ANALISTA FUNDIÁRIO – ADVOGADO – AOCP – 2017) A função administrativa do Estado, bem como a atuação daqueles que a desempenham, está regulada pelo Direito Administrativo. Dessa forma, considerando o conceito e as funções desse ramo do Direito Público e suas relações com as outras disciplinas jurídicas, assinale a alternativa correta.

- a) A presente área jurídica mantém relações íntimas com o Direito Constitucional, uma vez que é o presente ramo do Direito quem trata dos princípios basilares da função administrativa, tal como da legalidade, moralidade e publicidade.
- b) A temática de Direito Administrativo está relacionada à própria Administração do Estado. Desta feita, esse ramo do Direito não se relaciona com o Direito Penal, pois a responsabilização na função administrativa é meramente civil.
- c) Apesar de sua característica multidisciplinar, o Direito Urbanístico deixa de interagir com o Direito Administrativo em razão da atuação dos chamados observatórios sociais.
- d) A função administrativa do Estado é direcionada unicamente à atuação do Poder Executivo, o que implica afirmar que as atividades para a pacificação social decorrem do efetivo exercício do referido Poder.
- e) Pelas regras constitucionais, os princípios da administração pública são aplicados à administração direta, cabendo à administração indireta a aplicação dos princípios de direito civil.